



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3356 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 02 - História da Educação

AS SENHORAS EDUCADORAS NO OLHAR DOS PRESIDENTES DO ESTADO DE MATO GROSSO
(1896 a 1907)

Cleicinea Oliveira de Souza - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Thais Priscila Marques - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Letícia Cristina de Oliveira - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES/CNPQ

Propomo-nos a investigar a história da educação das mulheres a partir da análise das mensagens dos presidentes de Mato Grosso no período de 1896 a 1907. Metodologicamente, a pesquisa é bibliográfica e documental. Temos como fontes, as mensagens dos presidentes do estado de Mato Grosso, coletadas no *Center for Research Libraries*. Analisamos três relatórios. O primeiro deles com data do dia 1 de fevereiro de 1896, elaborado pelo Diretor Geral da Instrução Pública Antônio Correa da Costa; o segundo datado em 02 de fevereiro de 1901, relatório elaborado pelo Coronel Antônio Pedro Alves de Barros, Presidente do estado de Mato Grosso; o terceiro datado de 13 de maio de 1907, relatório elaborado pelo Vice-Presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Pedro Leite Osório. Identificamos que os presidentes do estado de Mato Grosso acreditavam que a escolarização da mulher deveria ser distinta a dos homens. As mulheres eram ainda consideradas sem conhecimento suficiente para ministrar aulas para os meninos. Eram, contudo, aceitas nas escolas para as meninas, nas quais elas poderiam lecionar disciplinas pedagógicas e atividades específicas para as mulheres, tais como, a costura e bordado, entre outras.

Palavras-chave: História da Educação; História da Educação feminina; História das mulheres.

Introdução

Este texto emerge de uma investigação nas mensagens presidenciais do estado de Mato Grosso. Propomo-nos analisar a história da educação das mulheres em Mato Grosso entre os anos de 1896 a 1907.

Metodologicamente, adotamos a pesquisa bibliográfica e documental. Analisamos as mensagens dos presidentes do estado de Mato Grosso, disponíveis no *Center for Research Librarise*, entre os anos de 1896 a 1907. Foram analisados três relatórios dos presidentes do estado de Mato Grosso: o relatório do dia 1 de fevereiro de 1896, elaborado pelo Diretor Geral da Instrução Pública Antônio Correa da Costa; o segundo datado em 02 de fevereiro de 1901, relatório elaborado pelo Coronel Antônio Pedro Alves de Barros, Presidente do estado de Mato Grosso; o terceiro com data de 13 de maio de 1907, relatório elaborado pelo Vice-Presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Pedro Leite Osório.

Procuramos responder: como a educação das mulheres foi registrada nos relatórios dos presidentes do estado de Mato Grosso? A partir dessa indagação, levantamos a hipótese de que as mulheres desde o início de sua escolarização e mesmo depois, quando deixaram o espaço privado e assumiram o magistério no estado de Mato Grosso, permaneceram à margem frente ao ensino que era ministrado

para e pelos homens.

É relevante ressaltar que poucas pesquisas referentes à história da educação feminina a partir da análise dos relatórios dos presidentes do estado de Mato Grosso foram realizadas. Logo, ressaltamos a importância dessa investigação para os estudos e pesquisas que procuram configurar a história da educação feminina do estado de Mato Grosso.

Contextualizamos a importância dos relatórios presidenciais para evidenciar a história da Educação feminina. Para Michelle Perrot (2007), as mulheres foram por muito tempo seres invisíveis perante a sociedade. Meninas, moças e mulheres viveram fora dos relatos e suas histórias pouco apareceram nas fontes documentais e nos arquivos públicos.

Na concepção de Jacques Le Goff (1990), um novo meio de interpretação e crítica documental, definido como História Nova, propiciou o rompimento com a história tradicional. Com o surgimento da História Nova, movimento que abriu caminhos a uma nova forma de escrita da história, a história dos homens e mulheres comuns, não somente dos grandes reis, e heróis que eram reverenciados nas narrativas históricas. A Nova história estabeleceu a crítica ao documento, à análise documental, deveria levar em consideração a constituição do documento, com a indagação de quem o produziu.

Uma nova concepção de documento, acompanhada de uma nova crítica desse documento. O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer "a verdade". (LE GOFF, 1990, p. 54).

Nesse sentido adotado por Le Goff a respeito da análise dos documentos, podemos conjecturar que se os documentos foram constituídos para um fim específico, eles carregam consigo intencionalidades que cabe ao pesquisador desvelar. Dessa forma, alguns indícios mesmo que se mostrem falsos, podem favorecer as indagações necessárias para se compreender a documentação. Ou seja, as lacunas identificadas em um documento podem ser oportunidades de análise e reflexão.

Educação das mulheres nas mensagens presidenciais de Mato Grosso (1896 a 1907)

Michelle Perrot (2007) relatou que às mulheres foi oportunizada a formação nas escolas normais, mas quando adentraram o magistério, elas não tiveram as mesmas oportunidades na carreira profissional que homens. Algumas foram lecionar em localidades distantes e caso saíssem dos padrões aceitos pela igreja eram recebidas com desconfiança pela sociedade da época. Além disso, recebiam salários menores que os salários pagos aos homens.

Criaram-se escolas normais para professoras primárias e essa profissão tornou-se uma ambição digna para as filhas da pequena burguesia e das classes populares, rurais e operárias. Entretanto, a condição de professora primária é difícil. Quase sempre solteira, recebendo menos que os homens, ela é freqüentemente nomeada para cargos em lugares distantes, às voltas com a desconfiança, confrontando-se com a suspeita e a solidão, principalmente no momento da separação entre a Igreja e o Estado. (PERROT, 2007, p. 126).

As normalistas eram vistas perante a sociedade como mulheres responsáveis pela educação da infância e da juventude, principalmente eram educadoras de outras mulheres e como tais deveriam ter boa conduta moral, estabelecer e manter vínculos religiosos que garantissem sua idoneidade.

No estado de Mato Grosso, professoras exerceram o magistério para os meninos e meninas. Entretanto, sofreram diversas críticas dos governantes evidenciadas nos relatórios dos Presidentes do estado de Mato Grosso referentes ao cargo que ocupavam, principalmente quando ministraram aulas para os meninos.

No que diz respeito à presença feminina na Instrução Pública mato-grossense, o relatório com data de 1 de fevereiro de 1896, elaborado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Antônio Correa da Costa, apresentado à Assembleia Legislativa, foi possível verificar a inconformidade do poder público frente à atuação feminina. Costa solicitou a mudança na administração da Instrução Pública.

A decadência do nosso ensino primário chegou a ponto de verificar-se pelos exames ultimamente procedidos que dos 44 alunos [1] julgados provectos apenas 17 foram preparados nas 10 escolas publicas que mantém o governo n'esta capital. Concorre principalmente para este resultado a falta de confiança dos pais de família no professorado publico; determinando semelhante facto a diminuição de frequência nas escolas públicas e o aumento das particulares. O actual regulamento estabelecendo que, em igualdade de condições, fosse as senhoras preferidas para o magistério, deu como resultado ficar quase exclusivamente confiado a ellas o nosso ensino primário. Penso que é esse um dos factos de que se origina a decadência do ensino. A indulgencia nos concursos fez com que as cadeiras nem sempre fossem providas por professoras idôneas, e além d'isso, não

tendo sido classificadas e divididas as escolas em 1º e 2º grau, é o ensino englobadamente ministrado em todas elas, sem atenção ao adiantamento e às idades dos alunos. (COSTA, 1896, p. 21).

Examinando o relatório, percebemos que o Diretor Geral da Instrução Pública, Antônio Correa da Costa, estava preocupado com os resultados dos exames dos alunos e que esperava melhores resultados. Costa (1986), culpabilizou as professoras pela preferência dos pais em matricular seus filhos e filhas em escolas particulares, atribuindo a elas o declínio do ensino em Mato Grosso. Esse descontentamento derivou do fato de que o ensino primário havia sido confiado às professoras e não a professores.

A presença feminina na instrução das crianças não trouxera o impacto esperado pelo Diretor Geral da Instrução Antônio Correa da Costa, pois como descrito no relatório, podemos ver que foi creditado às professoras a "decadência" na qual se encontrava o ensino em Mato Grosso no período, afinal era preciso achar "culpados" pela pouca efetividade das reformas e regulamentos propostos.

Guacira Lopes Louro (2015), em seus estudos a respeito da primeira Lei de Instrução Pública no Brasil, comentou que seriam nomeadas mestras dos estabelecimentos "aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar". Contudo, muito embora estivesse previsto naquela Lei salários iguais para homens e mulheres "a diferenciação curricular acabava por representar uma diferenciação salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos implicava outro nível de remuneração no futuro – que só seria usufruído pelos professores". (LOURO, 2015, p. 444). Com isso, para os meninos que estudavam ciências exatas o nível de remuneração seria maior quando fossem exercer uma profissão do que aquele que seria pago às mulheres que, nas escolas, eram compelidas a aprender a costurar e bordar.

No dia 02 de fevereiro de 1901, o coronel Antônio Pedro Alves de Barros, presidente do estado de Mato Grosso, relatou que havia procedido à "reforma do art. 11 da lei n.152 de 1896, no sentido de poderem ser admitidas as senhoras regência das escolas para o sexo masculino" e complementou " achando-se hoje universalmente reconhecida a aptidão especial da mulher para a educação infância de ambos os sexos". (BARROS, 1901, p.9).

Para Barros (1901) a mulher tinha a "aptidão" para educar as crianças de ambos os sexos, o que já era "compreensível e aceitável". Isso nos remete, a Jane Soares de Almeida (1998) para quem o acesso das mulheres aos espaços públicos se fez quando elas iniciaram a carreira no magistério primário. Ainda a formação, a atuação, enfim a profissionalização feminina se deu marcada pelas concepções de uma profissão direcionada ao papel de mãe, de cuidado com a família, de devoção religiosa. Enfim, uma atuação pública que embora pudesse proporcionar independência financeira, também prolongou "as tarefas desempenhadas no lar".

Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar – pelo menos esse era o discurso oficial do período. Para as mulheres que vislumbraram a possibilidade de liberação econômica foi a única forma encontrada para realizarem-se no campo profissional, mesmo que isso representasse a aceitação dessa profissão envolta na aura da maternidade e da missão. (ALMEIDA, 1998, p.30).

O acesso das mulheres aos espaços públicos, portanto, no que diz respeito ao processo de escolarização feminino e à atuação no magistério, não foi um processo tranquilo. As moças tiveram que provar que eram capazes de exercer a profissão. Para além disso, teriam que ser também mulheres, esposas, mães e se responsabilizarem pelas atividades cotidianas no lar.

No dia 13 de maio de 1907, o Vice-Presidente do estado de Mato Grosso o Coronel Pedro Leite Osório, enviou a Assembléa legislativa do estado de Mato Grosso, um relatório ao qual manifestou sua insatisfação com a Instrução Pública. No relatório, Osório deixou explícito que as professoras não eram capazes de lecionar para os meninos, pois não conseguiam cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas pela instituição escolar.

Por outro lado a experiência tem mostrado a necessidade de se acabar com a praxe de serem as escolas do sexo masculino regidas por senhoras, em vez de ser por homens, visto que, em regra, são estes mais capazes do que aquelas para manter a ordem e disciplina que devem reinar na escola; acrescentando a isto a circunstancia de não poderem as senhoras, por diversas causas naturais, ter a mesma assiduidade e dedicação do homem, principalmente quando casadas. (OSÓRIO, 1907, p. 18).

Osório (1907, p. 18), descreveu ainda que seria apropriado que fossem "regidas por senhoras somente

as escolas do sexo feminino e as mixtas; passando as do masculino a ser exclusivamente por professor", pois quando as mulheres assumiram essas salas de aula, elas não conseguiram "bons resultados". É possível comprovarmos, portanto, que os presidentes do estado mato-grossense culpavam as mulheres pelo fracasso da Instrução Pública. Elas foram descritas como incapazes de transmitir conhecimento para o sexo masculino, pois não tinham a mesma "dedicação que os homens". Se fossem casadas, o problema se agravava, pois tinham que se dedicar à família, o que as impediria de se consagrarem totalmente à educação.

Persistindo as diferenças entre homens e mulheres na profissão do magistério, no relatório de 13 de maio de 1907, o Vice-Presidente do estado de Mato Grosso, Coronel Pedro Leite Osório, ressaltou que os salários pagos para os professores do sexo masculino deveriam ser maiores que os destinados às professoras. Osório considerava que os conhecimentos e idoneidade dos professores no ofício do magistério eram superiores aos das mulheres, além disso os homens não aceitariam receber os poucos vencimentos que as mulheres recebiam, considerados por ele como "mesquinhos vencimentos".

Mas não se pode levar a efeito semelhante reforma sem aumentar os vencimentos para os professores destas últimas, visto não ser possível encontrar pessoal idôneo para regê-las, com os mesquinhos vencimentos actuaes, que, se podem bastar para uma senhora, maximé sendo casada, são manifestamente insuficientes para um homem viver com elas, ainda mesmo no estado de solteiro. Estou certo, porem, que esse aumento de despeza será sobejamente compensado pelo muito que a instrução primaria lucrara com tal reforma, que se impõe imperiosamente. (OSÓRIO, 1907, p. 18).

Fica-nos claro que para Osório (1907), as professoras poderiam receber salários inferiores aos homens, pois os "mesquinhos vencimentos" poderiam bastar para manter as professoras casadas, afinal, elas teriam condições de sobreviver com menores vencimentos. Já os professores, os homens não conseguiriam se manter, mesmo se fossem os solteiros com os vencimentos destinados às mulheres, o que levanta um questionamento: como seria a sobrevivência no período para homens e mulheres?

Louro (1997, p. 96) expôs que professores e professoras recebiam salários distintos pois estabeleciam-se "expectativas e funções diferentes para eles e para elas". As atividades pedagógicas eram "separados por gênero (senhoras honestas" e "prudentes" ensinam meninas, homens ensinam meninos), tratam de saberes diferentes (os currículos e programas distinguem conhecimentos e habilidades adequados a eles ou a elas".

Heloisa de Oliveira Santos Villela (2007) ressaltou o processo de feminização do magistério surgiu de distintas concepções da sociedade e do poder público, uma delas foi que a mulher assumiu o magistério devido ao abandono dos professores na intenção exercer profissões que tinham remunerações superiores "ou outra, que tenta associar essa feminização a queda do prestígio da profissão e baixa remuneração". (VILLELA, 2007, p. 120).

Na verdade, a ampliação da rede escolar no Brasil e em Portugal, inclusive com a necessidade de mulheres assumirem o magistério de escolas femininas, foi dando ensejo a que se construísse uma argumentação que atribuía às mulheres o papel de regeneradoras morais da sociedade. (VILLELA, 2007, p. 120).

Podemos assegurar, portanto, que as professoras deveriam ser as educadoras dos meninos e meninas e colaborar para manter vigentes os valores morais almejados pela sociedade patriarcalista e tradicional brasileira. As mulheres deveriam exercer o magistério nas escolas femininas para ensinar boa conduta às moças e torná-las mulheres virtuosas e respeitadas, enfim "boas donas de casa".

Considerações

Constatamos que, apesar das inúmeras limitações e exigências, o exercício do magistério foi o meio que as mulheres encontraram para deixarem o espaço privado e avançar para o espaço público. O magistério representou para mulheres a inserção no espaço profissional que antes não era oportunizado.

Analisando os relatórios já mencionados, observamos que os governantes do estado de Mato Grosso, entre os anos de 1896 a 1907, acreditavam que cabia aos professores educar os meninos. Argumentavam que os homens eram capazes de manter disciplina e as normas estabelecidas pela escola, além de conduzirem eficazmente o ensino dos meninos. A educação das mulheres ficaria a cargo de professoras que apresentassem conduta ilibada, virtude e bons princípios, coerentes com o que a sociedade tradicional esperava.

As mulheres deveriam ter uma conduta moral ilibada, provar que eram eficientes, ter conhecimento das disciplinas e saber costurar, bordar para assumir o cargo no magistério, pois quaisquer problemas referentes ao aprendizado seria culpa das professoras, consideradas responsáveis pela "decadência" do ensino.

Consideramos, conforme as mensagens analisadas dos presidentes do estado de Mato Grosso, que para os governos mato-grossenses era viável manter as professoras atuando nas salas de aula, uma vez que aceitavam receber salários inferiores aos professores. Os diversos governos, contudo, trataram de reforçar a ideia que esses salários poderiam ser mais baixos, pois o ensino para as meninas exigia poucos conhecimentos pedagógicos. Desse modo, era incentivado o ensino de práticas domésticas, tais como os trabalhos com as agulhas, a costura e bordado.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 1. Ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. Carla Bassanezi (Coord. de textos) 9. ed. São Paulo: Contexto, p. 443- 481, 2015.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. :Petrópolis, RJ Vozes, 1997.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

VILLELA, Heloisa de Oliveira dos Santos. O mestre Escola e a Professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs). **500 Anos de educação no Brasil**. 3 ed. 1 reimp., Belo Horizonte: Autentica, 2007.

Fontes Documentais

BARROS, Antonio Pedro Alves. **Mensagens Presidenciais do estado de Mato Grosso**. 1 de fevereiro de 1901, p.9. . Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso > . Acesso em: 20. abr.2018.

COSTA, Antônio Correa da. **Mensagem Presidente do estado de Mato Grosso**. 1 de fevereiro de 1896, p.21. . Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso > . Acesso em: 10. mai.2018.

OSÓRIO, Pedro Leite. **Mensagem Presidente do estado de Mato Grosso**. 13 de maio de 1907, p.18. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso > . Acesso em: 05 mai.2018.

[1] Transcrito como consta no documento original.